

Eleição deverá mudar ESTADO DE SÃO PAULO até 80% do Congresso

— 1 JUN 1986

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

É impossível antecipar a fisionomia do futuro Congresso porque se prevê que 80% dos seus atuais integrantes não se reelegerão. O prognóstico é de responsabilidade dos deputados Nadir Rossetti (PDT-RS) e Afrísio Vieira Lima (PMDB-BA). Entre os fatores de tão elevada taxa de renovação prevista está a decisão de alguns senadores e deputados de não pleitear a reeleição, por cansaço, desencanto, falta de votos e de recursos.

Durante o regime militar, a renovação da Câmara ficava entre 50 e 60%. O elevado índice de rejuvenescimento esperado tem várias explicações. Uma delas é a atual fase de desprestígio do Congresso e da classe política, identificados pela opinião pública com as mazelas dos tempos do autoritarismo. A plenitude democrática, o multipartidismo, o aparecimento de novas lideranças e o interesse de participar da elaboração da futura Constituição fortalecem a expectativa de uma futura Câmara praticamente desconhecida.

Não é diferente o que se espera em relação ao Senado. Pesquisas e avaliações, feitas seis meses antes do pleito, e, portanto, sujeitas a retificações, autorizam prever que apenas meia dúzia dos atuais integrantes da Câmara Alta serão reconduzidos pelo eleitorado. A maioria pleiteará voltar. Amaral Peixoto (PDS-RJ), Lenoir Vargas (PDS-SC), Moacir Duarte (PDS-RN), Benedito Teixeira (PDS-GO) e Octávio Cardoso (PDS-RS), eleitos pelo voto indireto, não enfrentarão as urnas em 15 de novembro. Outros como Pedro Simon (PMDB-RS), Álvaro Dias (PMDB-PR) e Humberto Lucena (PMDB-PB) estão no páreo para os governos de seus respectivos Estados. Um disputará a Câmara: José Lins (PFL-CE) por força da composição do processo sucessório estadual do Ceará.

50 ANOS

Entre o presidente do PDS, Amaral Peixoto — 82 anos e 50 de vida pública — e o deputado João Gilberto — 41 anos, na Câmara desde 1974 — há um ponto comum. Não querem manter o atual mandato.

Amaral Peixoto, ex-interventor e

ex-governador do Estado do Rio, ex-ministro de Estado, presidente do antigo PSD até sua extinção pelo Ato Institucional nº 2 em 1965, atual presidente do PDS, do Rio, acha que "é hora de ceder lugar aos mais jovens". Como, porém, não quer parar, já se inscreveu na Federação da Agricultura e no Clube de Engenharia do Rio para manter a flama associativa.

O deputado João Gilberto admite disputar o governo do Rio Grande do Sul ou o Senado. Não quer, em hipótese alguma, voltar à Câmara: "é fruto de minha convicção da rotatividade da função. O mandato de deputado não é emprego".

Há os que confessam, claramente, que não irão à disputa porque não mais têm votos. É o caso de Lenoir Vargas:

"São 40 anos de atividade parlamentar e as perspectivas eleitorais não são nada boas. E eu não gosto de trocar de partido." Ele já se decidiu. Ao terminar o atual mandato, continua a residir em Brasília onde construiu casa.

Outros parlamentares não voltam porque apostaram tudo no futuro político de Paulo Maluf e, com sua candidatura à Presidência da República malograda, desencataram-se na atividade político-partidária. Marcelo Linhares (PDS-CE), Pedro Germano (PDS-RS), Ary Kffur (PDS-PR) estão entre esses. Linhares pleiteará a suplência de senador na coligação PDS-PFL no Ceará. Claudio Philomeno (PTB-CE), irmão de outro deputado federal, Sérgio Philomeno (PTB-CE) pretende ser deputado estadual, e alega: "Quero ficar mais perto dos eleitores".

O deputado Jorge Vargas (PMDB-MG), filho de político, deixa a política para ficar mais próximo da família.

"Quando nasceram meus netos é que percebi que meus filhos cresceram longe de mim. Foram 24 anos de atividade parlamentar. Quero aproveitar o descanso e não agüento mais cara de cabo eleitoral."

Outro mineiro, Luiz Bacarini (PMDB-MG) não volta à Câmara por diferentes motivos. Abrirá espaço para a candidatura de Aécio Neves, neto de Tancredo Neves, à Assembleia Nacional Constituinte, já que será nomeado, pelo governador Hélio Garcia, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.